



**PARECER Nº 98, DE 2026, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,  
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 196, DE 2025**

De autoria do deputado Thiago Auricchio, o projeto em epígrafe objetiva alterar a Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, que consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher, para instituir o Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade.

Em pauta, o projeto não recebeu emendas ou substitutivos.

Em tramitação, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação exarou o Parecer nº 959/2025, favorável ao projeto.

Na sequência, as Comissões de Defesa e dos Direitos das Mulheres e de Finanças, Orçamento e Planejamento, em reunião conjunta, exararam o Parecer nº 1780/2025, favorável ao projeto com a emenda que apresentaram.

Aprovados em Plenário o projeto e a emenda apresentada pelas Comissões de Defesa e dos Direitos das Mulheres e de Finanças, Orçamento e Planejamento, o projeto deverá receber a seguinte redação final:

*Altera a Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, para estabelecer o Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica incluída a seguinte Seção XIV - Do Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade, com os seus respectivos artigos, abaixo relacionados, no Capítulo III - Do Combate à Violência contra a Mulher da Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, na seguinte conformidade:

“Seção XIV

Do Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade

Artigo 72-A - As universidades públicas e privadas do Estado de São Paulo deverão instituir Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher, tendo como prioridade a prevenção ao assédio, o acolhimento e a proteção das vítimas, a orientação adequada na recepção das denúncias e a agilidade na conclusão dos processos disciplinares.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

1. universidade: o espaço, físico ou virtual, de responsabilidade das instituições públicas e privadas de ensino superior localizadas no Estado de São Paulo;

2. violência contra a mulher: toda e qualquer conduta, presencial ou virtual, que configure violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual.

§ 2º - São destinatários do Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade todos os gestores, discentes, docentes e funcionários, próprios ou terceirizados, das instituições de ensino superior, nos níveis de graduação e pós-graduação.

Artigo 72-B - São objetivos do Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade:

I - promover a alteração de padrões de comportamento baseados em estigmas ou estereótipos da mulher;

II - prevenir a violência mediante ações educativas de conscientização e responsabilização dos agressores;

III - garantir a isonomia e imparcialidade na composição e na atuação dos órgãos de recepção de denúncias e das equipes de apuração;

IV - promover a publicidade dos órgãos de recepção de denúncias;

V - viabilizar a proteção da vítima.

Artigo 72-C - As instituições de ensino superior deverão adotar as seguintes medidas, sem prejuízo de outras:

I - capacitação anual de gestores, discentes, docentes e funcionários, para que possam identificar e evitar situações potencialmente perigosas à mulher;

II - elaboração de plano setorial de prevenção e combate à violência que contenha, dentre outras providências, a execução de campanha oficial de orientação por meio de cartilha informativa, distribuída periodicamente nas instituições e em eventos temáticos, além de divulgada nos canais virtuais;

III - implantação de órgão específico de recepção de denúncias com protocolo de acolhimento, a fim de evitar a revitimização da vítima;

IV - afixação de aviso, sob a forma de cartaz físico ou eletrônico, que informe os contatos dos órgãos de recepção de denúncias;

V - inclusão de representante de centro ou diretório acadêmico como membro do órgão de recepção de denúncia;

VI - proibição de participação de gestores, discentes, docentes e funcionários acusados de violência no órgão de recepção de denúncias, bem como em equipes de apuração;

VII - composição e atuação do órgão de recepção de denúncias e das equipes de apuração com perspectiva de gênero;

VIII - inclusão, no órgão de recepção de denúncia e nas equipes de apuração, de profissionais habilitados com aptidão comprovada;

IX - garantia de que, durante e após a recepção da denúncia, a vítima tenha atendimento assistencial, psicológico, jurídico e de saúde, em espaço seguro;

X - garantia de celeridade nos processos disciplinares e no andamento das sindicâncias;

XI - efetivação de medidas protetivas concedidas, de modo a garantir o distanciamento entre a vítima e seu agressor em ambiente universitário;

XII - previsão de abono de faltas, gratuidade de provas substitutivas e possibilidade de realização de atividades alternativas às vítimas que assim solicitarem.

Artigo 72-D - A infração às disposições desta Seção acarretará ao responsável infrator a aplicação das penalidades previstas no artigo 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus

artigos 57 a 60, quando cabíveis, além das sanções de natureza civil, penal, administrativa e demais definidas em normas específicas”. (NR).

Artigo 2º - Ulterior disposição regulamentar desta lei definirá o detalhamento técnico de sua execução.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação oficial.

Assim, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei nº 196, de 2025.

Altair Moraes – Relator

APROVADO COMO PARECER O VOTO DO DEPUTADO ALTAIR MORAES, PROPONDO REDAÇÃO FINAL.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 4/2/2026.

Conte Lopes – Presidente

Thiago Auricchio	Favorável ao voto do relator
Conte Lopes	Favorável ao voto do relator
Alex Madureira	Favorável ao voto do relator
Rômulo Fernandes	Favorável ao voto do relator
Reis	Favorável ao voto do relator
Marta Costa	Favorável ao voto do relator
Oseias de Madureira	Favorável ao voto do relator
Delegado Olim	Favorável ao voto do relator